

## MERCADO DE TRABALHO

# Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de junho

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

[sandro.carvalho@ipea.gov.br](mailto:sandro.carvalho@ipea.gov.br)

Divulgado em 24 de jul./2020.

## Sumário

Os impactos da pandemia sobre os rendimentos no mês de junho podem ainda ser medidos pelas diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. A análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 de junho revela que os rendimentos médios habitualmente recebidos foram R\$ 2.332, enquanto os rendimentos médios efetivamente recebidos foram R\$ 1.939, ou seja, somente 83% dos rendimentos habituais, valor apenas 1 ponto percentual acima do mês anterior. Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 63,4% do que habitualmente recebiam, tendo seus rendimentos efetivos médios alcançado apenas R\$ 1.164. Já os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 79,1% do habitual. Por sua vez, trabalhadores do setor privado com carteira e funcionários públicos receberam efetivamente em média acima de 90% do habitual.

De modo geral, seja por região, Unidade da Federação, posição na ocupação ou grupos demográficos, as diferenças entre a renda efetiva e a habitual foram menores que no mês de maio, contudo, apresentaram-se ainda bastante amplas em muitos casos.

Os dados mostram também que 6,6% dos domicílios (cerca de 4,5 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do auxílio emergencial (AE), 1 milhão de domicílios a mais que em maio. Além disso, em média, após o considerar o AE, a renda domiciliar alcançou 98% do que seria caso houvesse recebido rendimentos do trabalho habituais. Esse impacto foi maior entre os domicílios de renda baixa, onde, após o AE, os rendimentos atingiram 109% do que seriam com as rendas habituais.

Os microdados da PNAD Covid-19 de junho nos permitem avaliar que o AE foi suficiente para compensar 84% da perda da massa salarial entre os que permaneceram ocupados, um acréscimo de 17 pontos percentuais em relação ao mês de maio. Os dados da pesquisa são claros em mostrar, seja analisando por faixa de renda ou por região, que o papel do AE na compensação da renda perdida em virtude da pandemia foi ainda mais importante do que no mês anterior, principalmente nos domicílios de baixa renda. Isto se deve tanto por causa de maiores desembolsos do auxílio em junho, quanto porque as diferenças entre as rendas efetivas e habituais foram menores.

## 1 Introdução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente o segundo mês dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, versão da PNAD Contínua que pretende monitorar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia da Covid-19. Foram pesquisados indicadores para quatro semanas de junho, entre os dias 3 e 30. Apesar de a PNAD Covid-19 ser uma pesquisa experimental, de forma que seus resultados devem ser interpretados com cautela, trata-se de uma pesquisa que possibilita avaliar o impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o papel que o auxílio emergencial (AE) teve na sustentação da renda domiciliar. O acompanhamento da análise detalhada dessas informações permitirá aprofundar o conhecimento sobre a situação atual do mercado de trabalho.

Em estudo anterior (Carvalho, 2020), foram mensurados os impactos da pandemia sobre os rendimentos no mês de maio, que podem ser medidos pelas diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. A análise dos microdados da PNAD Covid-19 de maio revelou que os rendimentos médios efetivamente recebidos representam somente 82% dos rendimentos habituais. Os resultados para o mês de junho mostram que, apesar de ter havido uma elevação da renda média efetivamente recebida, a diferença em relação à renda do trabalho habitual pouco se reduziu. Todavia, visto que houve maior volume da renda, proveniente do AE, este compensou uma parcela maior da perda da massa salarial que no mês anterior.

## 2 As diferenças entre os rendimentos efetivos e habituais do trabalho

Uma boa aproximação do impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho são as diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. Usualmente, as análises de conjuntura focam na renda habitualmente recebida, pois esta não apresenta sazonalidade e é livre de variações idiossincráticas na renda efetivamente recebida. Normalmente, excluídos os efeitos da sazonalidade, na média ou no agregado, os choques individuais na renda efetiva se anulam, tornando os rendimentos efetivamente recebidos semelhantes aos habitualmente recebidos.

Entretanto, os dados da PNAD Covid-19 de junho revelam que os rendimentos médios efetivamente recebidos foram R\$ 1.939, enquanto os rendimentos médios habitualmente recebidos foram R\$ 2.332, ou seja, os rendimentos efetivos representaram somente 83% dos rendimentos habituais. Para se ter uma noção do que isso representa, os dados da PNAD Contínua revelam que, para os trimestres que englobam os meses de maio, junho e julho entre 2012 e 2019, a renda média efetiva foi somente 0,03% maior que a renda média habitual. Apesar de as duas pesquisas não serem diretamente comparáveis, é seguro afirmar que os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho são captados pelas diferenças entre a renda efetiva e habitual.

A tabela 1 mostra os rendimentos médios efetivamente e habitualmente recebidos de acordo com a PNAD Covid-19 no mês de junho, para o Brasil e diferentes grupos demográficos. Conforme já mencionamos acima, a renda efetiva atingiu somente 83% da renda habitual, e todos os diferentes grupos foram duramente atingidos. Entre as regiões, no Nordeste, a renda efetiva alcançara somente 81% da habitual, enquanto que o Centro-Oeste foi a região menos impactada (86,7%).

TABELA 1

**Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por grupos demográficos (maio-jun./2020)**  
(Em R\$ de jun./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho (1)	Rendimento habitual do Trabalho (2)	Razão dos rendimentos em junho (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	Razão dos rendimentos em maio
Brasil	1938,76	2331,70	83,1	2,5	81,8
Norte	1529,99	1794,16	85,3	2,7	83,6
Nordeste	1363,35	1677,70	81,3	3,7	80,3
Sudeste	2167,16	2633,86	82,3	2,3	80,7
Sul	2131,03	2513,25	84,8	1,9	83,9
Centro-Oeste	2210,41	2550,32	86,7	2,4	85,6
Masculino	2087,38	2520,16	82,8	2,3	81,8
Feminino	1736,29	2074,95	83,7	2,7	81,9
14 a 24anos	1039,49	1226,97	84,7	1,2	83,8
25 a 39anos	1941,91	2291,68	84,7	1,1	83,5
40 a 59anos	2162,50	2633,75	82,1	2,9	80,8
60 anos ou mais	2310,22	2890,57	79,9	8,2	77,5
Não Chefe Família	1684,03	2013,02	83,7	2,6	82,0
Chefe Família	2228,37	2693,80	82,7	2,3	81,7
Fundamental incompleto	951,46	1248,92	76,2	3,3	75,1
Fundamental completo	1198,71	1551,60	77,3	1,8	75,0
Médio incompleto	1087,22	1405,35	77,4	3,6	75,3
Médio completo	1426,38	1756,78	81,2	3,0	79,9
Superior	3417,86	3958,86	86,3	2,1	85,1
Região Metropolitana	2335,80	2852,21	81,9	2,1	80,6
Não região metropolitana	1649,12	1951,99	84,5	3,0	83,2

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Nas últimas duas colunas da tabela apresentam-se a taxa de crescimento da renda efetiva entre maio e junho e a razão entre os rendimentos efetivos e habituais do mês de maio.<sup>1</sup> A primeira coisa que se pode observar é que todos os grupos demográficos apresentaram aumento nos rendimentos efetivos entre maio e junho. Em média, a renda efetiva cresceu 2,5% no mês, sendo o crescimento maior entre os trabalhadores mais velhos e entre os com ensino médio incompleto.

Esse aumento da renda efetiva se refletiu numa diminuição entre a distância dos rendimentos efetivos e os habituais para todos os grupos entre os meses de maio e

1. Os valores, em reais de junho de 2020, dos rendimentos efetivos e habituais do trabalho para o mês de maio são mostrados na tabela A.1 no apêndice.

junho. Para o Brasil, a razão de rendimentos subiu de 82% para 83%. No Sudeste, a razão subiu de 80,7% para 82,3%, enquanto no Norte subiu de 83,6% para 85,3%.

A tabela 1 revela poucas diferenças no impacto da pandemia entre renda efetiva e habitual por gênero, entre chefes e não chefes de família e regiões metropolitana ou não. No entanto, o efeito da pandemia continua mais severo entre os idosos (80%) e menor entre os mais jovens (84,7%), e o impacto foi decrescente com a escolaridade (76,2% para trabalhadores com fundamental incompleto e 86,3% para aqueles com ensino superior). Entretanto, apesar de junho apresentar menores diferenças entre as rendas efetivas e habituais, de modo geral, os impactos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho continuaram marcantes em junho.

Nas tabelas A.2 e A.3 no apêndice detalhamos os rendimentos médios efetivos e habituais por Unidade da Federação. Sob essa ótica, os estados mais afetados pela pandemia, com uma renda efetiva de somente 79% da habitual, continuaram o Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Os menos atingidos foram Rondônia, Roraima e Mato Grosso, onde a renda efetiva alcançou cerca de 90% da habitual. O aumento dos rendimentos efetivos entre maio e junho variou bastante entre os estados, tendo caído 0,7% no Espírito Santo e crescido 8,6% no Amapá e 7,4% no Tocantins.

TABELA 2

**Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por posição na ocupação (jun./2020)**

(Em R\$ de jun./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho (1)	Rendimento habitual do Trabalho (2)	Razão dos rendimentos em junho (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	Razão dos rendimentos em maio
Brasil	1938,76	2331,70	83,1	2,5	81,8
Privado formal	2053,64	2243,15	91,6	1,2	91,7
Privado informal	1296,27	1639,22	79,1	-3,8	75,9
Militar/Estatutário	4000,58	4097,39	97,6	1,5	97,7
Público CLT	3410,62	3549,44	96,1	4,0	95,5
Público informal	1908,73	2050,54	93,1	0,3	91,1
Empregador	4269,25	6054,66	70,5	5,1	69,1
Conta-própria	1163,58	1834,48	63,4	6,9	60,0

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados da PNAD Covid-19 de junho confirmam que, quando consideramos a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, nota-se que as diferenças são muito mais acentuadas. Na tabela 2 são apresentadas as diferenças entre os rendimentos médios efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação. Conforme já observado no mês anterior, os trabalhadores não formalizados permaneceram duramente atingidos pela pandemia. Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 63,4% do que habitualmente recebiam (contra 60% no mês anterior), tendo seus rendimentos efetivos médios alcançado apenas R\$ 1.163,58. Já os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 79% do habitual (76% no mês anterior). Os empregadores também continuaram severamente atingidos, tendo recebido 70,5% do habitual, mas apresentado ainda um rendimento médio acima de R\$ 4.200. Os trabalhadores

formais, por sua vez, foram consideravelmente menos atingidos. Trabalhadores do setor privado com carteira receberam em média 91,6% do habitual (praticamente mesmo valor do mês de maio), e os do setor público contratados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 96%. Entre militares e estatutários, a renda efetiva alcançou 97,6% da renda habitual, e mesmo entre os trabalhadores informais do setor público a renda efetiva foi 93,1% do habitual. Como destaque negativo, observa-se que, apesar de a razão dos rendimentos ter subido entre maio e junho para os trabalhadores informais, estes apresentaram uma queda de 3,8% na renda efetivamente recebida do trabalho.

Essas diferenças por posição na ocupação se refletem igualmente quando consideramos o setor de atividade, como revela a tabela A.5 no apêndice. Como se observou no mês anterior, os trabalhadores mais atingidos pela pandemia se encontram nos setores de serviços que apresentam um alto grau de informalidade e que dependem em maior medida da circulação das pessoas. Os cabeleiros, trabalhadores de tratamento de beleza e serviços pessoais receberam efetivamente apenas 46,8% da renda habitual, auferindo uma renda média de somente R\$ 721.

Entre outros setores duramente afetados estão trabalhadores de atividades artísticas, esportivas e recreação (52%), transporte de passageiros (60%), hospedagem (65,6%), serviços de alimentação (65,8%), atividades imobiliárias (70,4%), construção (75,5%) e serviço doméstico (75,2%). Os trabalhadores menos afetados encontram-se na administração pública (97,1%), indústria extrativa (92,7%), serviços de utilidade pública (93,6%), educação (92,4%), serviços financeiros (90,6%) e armazenamento, correios e serviços de entrega (91,9%).

### 3 Renda domiciliar e impacto do ae

Uma das principais vantagens da PNAD Covid-19 é a investigação por domicílio das rendas de outras fontes, entre as quais se inclui os auxílios emergenciais em virtude da pandemia. A tabela 3 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para três formas diferentes de calcular a renda domiciliar. A primeira considera apenas as rendas efetivas do trabalho dos componentes do domicílio, a segunda acrescenta as rendas de outras fontes<sup>2</sup> e a terceira considera a renda domiciliar total, acrescentando o AE. Os valores das divisões das faixas de renda são apresentados no anexo.

TABELA 3  
Proporção e total de domicílios por faixa de renda (jun./2020)

	Sem renda	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Renda trabalho efetiva (%)	31,91	28,63	10,99	13,76	9,61	3,73	1,38
Total de domicílios (unidade)	21787186	19547332	7501823	9396135	6558460	2544379	940015
Renda com outras fontes (%)	8,41	32,88	17,41	19,81	13,99	5,5	2,0
Total de domicílios (unidade)	5739097	22447987	11889076	13525781	9554435	3753612	1365343
Renda todas fontes (com AE) (%)	1,84	25,49	23,44	25,44	16,09	5,68	2,01
Total de domicílios (unidade)	1254813	17405896	16006523	17371082	10988794	3877710	1370514

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

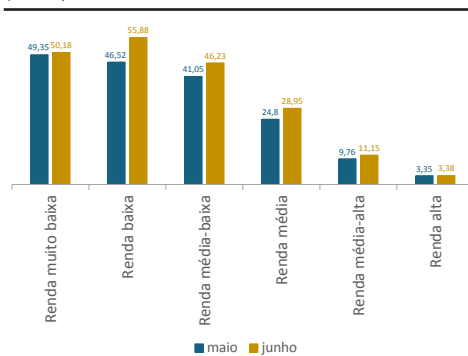
2. Trata-se de aposentadoria, pensão, mesada, doação, seguro-desemprego, Bolsa-Família, Benefício de Prestação Continuada, rendimentos de aluguel e financeiros.

Assim como em maio, o forte impacto da pandemia é notado devido ao fato de que 32% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda no trabalho. De acordo com a PNAD Contínua, esse valor era de 23,5% no primeiro trimestre de 2020. Naturalmente, a proporção de domicílios sem renda cai consideravelmente quando acrescentamos as rendas de outras fontes, indo para 8,4%, o que significa que 23,6% dos domicílios (ou cerca de 16 milhões) recebem apenas rendas de outras fontes.

Por sua vez, a tabela 3 indica que em junho, de acordo com os dados da PNAD Covid-19, 6,6% dos domicílios (cerca de 4,5 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do AE, o que representa quase 1 milhão de domicílios a mais que no mês anterior (para comparação dos dados de maio são mostrados na tabela A.7 no apêndice). A tabela revela também que o AE elevou a proporção dos domicílios de renda média.

Na tabela 4 se mostra a proporção de domicílios por faixa de renda que receberam o AE de acordo com as três formas de cálculo da renda domiciliar contidas na tabela 3 – a descrição das faixas de renda está no anexo. Na primeira coluna, que considera apenas a renda domiciliar efetiva do trabalho, 45,1% dos domicílios sem renda receberam o AE, e 61% dos domicílios de renda muito baixa também receberam. Na segunda coluna, quando se acrescenta a renda de outras fontes, nota-se que 78,1% dos domicílios que ainda permaneciam sem renda receberam o AE. Por fim, na última coluna, já considerando a renda do próprio AE, pouco menos da metade dos domicílios de renda muito baixa receberam o auxílio, proporção que entre os domicílios de renda baixa foi de 55,8%. Isso representa que, no mês de junho, o AE alcançou uma proporção maior de domicílios, em comparação com maio, especialmente entre os de renda baixa. A comparação da proporção de domicílios que receberam o AE com o mês de maio é mostrada do gráfico 1.

**GRÁFICO 1**  
Proporção de domicílios que receberam o auxílio emergencial por faixa de renda – maio e junho de 2020 – renda domiciliar total efetiva (com AE)  
(Em %)



Fonte: PNAD-COVID-19/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**TABELA 4**  
Proporção de domicílios que receberam o AE por faixa de renda (jun./2020)  
(Em %)

	Divisão 1*	Divisão 2**	Divisão 3***
Sem renda	45,13	78,14	0
Renda muito baixa	60,92	61,37	50,18
Renda baixa	44,81	40,60	55,88
Renda média-baixa	30,97	30,94	46,23
Renda média	17,25	18,28	28,95
Renda média-alta	7,68	8,22	11,15
Renda alta	3,21	3,01	3,38

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: \* Divisão 1 – apenas renda domiciliar do trabalho efetivo;

\*\* Divisão 2 – renda domiciliar efetiva com outras fontes de renda (sem AE);

\*\*\* Divisão 3 – renda domiciliar total efetiva (com AE).

A tabela 5 mostra os rendimentos médios domiciliares a partir das diversas fontes de renda e por faixa de renda (de acordo com a renda domiciliar total efetiva). Nota-se que o rendimento médio domiciliar do trabalho efetivo foi de R\$ 2.264,82, o que, assim como a média individual, representa 83% da renda habitual (ver tabela 6). O acréscimo das rendas de outras fontes eleva o rendimento domiciliar efetivo médio para R\$ 3.259, e por sua vez o AE elevou em pouco mais de R\$ 380 a renda domiciliar total, alcançando R\$ 3.641,22.

A partir da tabela 5 é possível perceber que os impactos da pandemia sobre os rendimentos efetivos do trabalho foram muito mais acentuados entre os domicílios mais pobres, e, conseqüentemente, os rendimentos de outras fontes, incluindo o AE, são mais relevantes para esses domicílios. Por exemplo, a renda domiciliar efetiva do trabalho para os domicílios de renda muito baixa foi de apenas R\$ 347 (somente 48% da renda do trabalho habitual), ao passo que, após todas as fontes de renda, incluindo o AE, a renda domiciliar média alcançou R\$1.094, o que representa 106% da renda domiciliar habitual com outras fontes de renda (R\$ 1.130).

TABELA 5  
Rendimentos domiciliares médios por faixa de renda: diversas fontes de renda (jun./2020)  
(Em R\$ de jun./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho	Rendimento habitual do Trabalho	Renda média de outras fontes	Renda com outras fontes efetiva (sem AE)	Renda com outras fontes habitual (sem AE)	Auxílio emergencial	Renda total efetiva	Renda total habitual
<b>Brasil</b>	<b>2264,82</b>	<b>2725,45</b>	<b>2042,60</b>	<b>3258,57</b>	<b>3719,20</b>	<b>881,87</b>	<b>3641,22</b>	<b>4101,85</b>
Renda muito baixa	347,10	719,22	775,49	658,34	1030,46	865,45	1094,43	1466,55
Renda baixa	845,19	1154,34	1305,37	1534,61	1843,76	858,34	2017,59	2326,74
Renda média-baixa	1831,06	2229,70	1766,51	2751,66	3150,30	900,42	3173,43	3572,07
Renda média	3892,79	4449,09	2754,01	5350,96	5907,26	945,81	5631,07	6187,36
Renda média-alta	8189,15	9111,69	5406,29	11079,03	12001,57	845,21	11176,66	12099,20
Renda alta	20248,99	21759,61	9841,91	25985,71	27496,33	1045,38	26022,09	27532,71

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Essas informações sobre o impacto do AE nos domicílios de renda mais baixa citadas no parágrafo anterior são resumidas na tabela 6. Na primeira coluna se apresenta a proporção da renda efetiva do trabalho sobre a renda do trabalho habitual. Como já indicamos, entre os domicílios de renda muito baixa, essa proporção era de apenas 48%. Já entre os domicílios de renda baixa era de 73%, enquanto nos domicílios de renda alta alcançava 93%. Na segunda coluna se acrescenta a renda de outras fontes (sem o AE) e novamente se compara a proporção entre as rendas efetiva e habitualmente recebidas. Com o acréscimo de outras rendas, os rendimentos efetivamente recebidos entre os de renda muito baixa conseguiram alcançar 64% dos rendimentos habituais.

A terceira coluna da tabela 6 procura mensurar em que medida o AE conseguiu sustentar a renda domiciliar média. Partindo da suposição de que, sem os efeitos da pandemia, os rendimentos do trabalho efetivamente recebidos seriam muito próximos dos habitualmente recebidos, essa coluna então compara os rendimentos

totais efetivamente recebidos, incluindo o AE, com a renda habitualmente recebida incluindo as rendas de outras fontes, mas sem o AE. Em média, após o AE, a renda domiciliar alcançou 98% do que seria caso houvesse recebido rendimentos do trabalho habituais. Esse efeito foi maior entre os domicílios de renda baixa, nos quais, após o AE, os rendimentos atingiram 109% do que seriam com as rendas habituais.

As duas últimas colunas da tabela 6 mostram o impacto na renda domiciliar efetivamente recebida pelo AE, em reais e em porcentagem, respectivamente. Em termos absolutos, o AE teve mais impacto nos domicílios de renda baixa, elevando a renda domiciliar média em R\$ 483. Contudo, não surpreendentemente, em termos relativos, o impacto nos domicílios de renda muito baixa foi muito mais expressivo, tendo elevado a renda média domiciliar em 66%. No painel B da tabela 6 mostramos os dados de maio para comparação. Com isso, nota-se que o AE foi em média maior para todas as faixas de renda, mas foi ainda mais importante para os domicílios de renda muito baixa, que inclusive apresentaram queda da renda domiciliar efetiva do trabalho.

TABELA 6

Proporção da renda domiciliar média efetiva em relação à renda habitual e ao aumento da renda domiciliar causado pelo AE (maio-jun./2020)

Painel A: Junho	Proporção da renda efetiva do trabalho sobre a habitual	Proporção da renda com outras fontes (sem AE) efetiva sobre a habitual	Proporção da renda total efetiva (com AE) sobre a renda com outras fontes habitual	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (em R\$)*	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (em %)*
Brasil	0,83	0,88	0,98	382,65	11,74%
Renda muito baixa	0,48	0,64	1,06	436,09	66,24%
Renda baixa	0,73	0,83	1,09	482,98	31,47%
Renda média-baixa	0,82	0,87	1,01	421,77	15,33%
Renda média	0,87	0,91	0,95	280,11	5,23%
Renda média-alta	0,90	0,92	0,93	97,63	0,88%
Renda alta	0,93	0,95	0,95	36,38	0,14%
Painel B: Maio	Proporção da renda efetiva do trabalho sobre a habitual	Proporção da renda com outras fontes (sem AE) efetiva sobre a habitual	Proporção da renda total efetiva (com AE) sobre a renda com outras fontes habitual	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (em R\$)*	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (em %)*
Brasil	0,82	0,87	0,95	326,09	10,22%
Renda muito baixa	0,49	0,65	0,99	394,12	53,69%
Renda baixa	0,73	0,83	1,03	412,75	25,10%
Renda média-baixa	0,82	0,87	0,98	351,12	12,51%
Renda média	0,87	0,90	0,94	219,88	4,06%
Renda média-alta	0,90	0,92	0,93	74,08	0,67%
Renda alta	0,92	0,94	0,94	24,14	0,09%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 4 Massa de rendimentos e impacto do ae

Os resultados acima apresentados mostram que, principalmente entre os domicílios de baixa renda, o AE foi ainda mais importante para a manutenção da renda média domiciliar no mês de junho. Para sabermos o impacto agregado do AE devemos olhar para a massa de rendimentos. A queda da massa salarial devido à pandemia é causada tanto pela diferença entre a massa salarial efetivamente recebida e a massa habitualmente recebida entre aqueles que permaneceram ocupados, como pela perda de rendimentos daqueles que perderam a ocupação. A partir da PNAD Covid-19, visto ter-se apenas ainda um único mês observado, podemos somente avaliar a primeira causa.



A tabela 7 mostra a massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação a partir dos dados da PNAD Covid-19. O total da massa de rendimentos efetivos do trabalho foi de R\$ 159,3 bilhões (um crescimento de 1,3% em comparação com o mês anterior), enquanto a massa de rendimentos habitualmente recebido foi de R\$ 191,6 bilhões. Os dados por posição na ocupação mostram que as diferenças das massas efetivamente e habitualmente recebidas dos trabalhadores por conta própria representam mais da metade da diferença total, apesar de a massa efetiva dos trabalhadores conta própria ter crescido mais de 5% entre maio e junho. Estes receberam efetivamente R\$ 28,2 bilhões, contra os habituais R\$ 44,5 bilhões (uma diferença de R\$ 16,3 bilhões, pouco mais de 50% da diferença total de R\$ 32,3 bilhões).

TABELA 7

Massa de rendimentos do trabalho efetivamente e habitualmente recebidos por posição na ocupação (maio-jun./2020)

(Em R\$ bilhões de jun./2020)

	Efetiva	Habitual	Efetiva	Habitual	Taxa crescimento da massa salarial efetiva (em %)
	Maio		Junho		
Total	157,3	192,2	159,3	191,6	1,26
Formal	101,3	108,1	102,2	109,2	0,87
Informal	16,6	20,9	15,9	19,3	-4,02
Conta própria	26,7	44,5	28,2	44,5	5,86
Empregador	11,1	16,0	11,4	16,2	2,73

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 8 se mostram as massas salariais efetiva e habitualmente recebidas, bem como a massa de rendimentos recebidos pelo AE e de rendimentos de outras fontes por faixa de renda. De acordo com a PNAD Covid-19, o total dos rendimentos provenientes do AE em junho alcançou R\$ 27,2 bilhões, o que representa 84% da diferença entre massa salarial habitualmente recebida e a massa efetivamente recebida (contra 67% no mês de maio). Por sua vez, a massa de rendimentos de outras fontes somou R\$ 70,7 bilhões, o que levou a massa de rendimentos efetivamente recebidos total da economia em maio para R\$ 257,2 bilhões (pouco mais de 3% maior que em maio).

Nota-se novamente que o AE foi muito importante para os domicílios mais pobres. Para as famílias de renda muito baixa, a massa de rendimentos do AE (R\$ 7,8 bi) foi maior que a diferença entre a massa salarial habitual e efetiva (R\$ 6,6 bi). Para os domicílios de renda baixa, a massa do AE foi quase R\$ 3 bilhões superior a essa diferença, e mesmo para as famílias de renda média-baixa a massa do AE superou diferença entre a massa efetiva e a habitual.

Nas tabelas A.8 e A.9 do apêndice são mostrados os mesmos dados da tabela 8 por região e Unidade da Federação, respectivamente. Destaque para o fato de que no Norte a massa do AE foi 88% maior que a diferença entre a massa salarial habitual e a efetiva. No Nordeste, a massa do AE foi 80% maior, ao passo que no Sul e Sudeste a massa do AE alcançou pouco mais de 50% dessa diferença.

TABELA 8

Massa de rendimentos do trabalho efetivamente e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do AE e de outras fontes, por faixa de renda (maio-jun./2020)

(Em R\$ bilhões de ju./2020)

Painel A: Junho	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	159,30	191,59	32,29	27,23	70,72
Renda muito baixa	6,17	12,75	6,58	7,82	5,58
Renda baixa	14,02	19,11	5,10	8,04	11,47
Renda média-baixa	33,27	40,48	7,21	7,68	16,77
Renda média	44,82	51,16	6,35	3,25	16,90
Renda média-alta	32,73	36,37	3,64	0,40	11,75
Renda alta	28,30	30,40	2,10	0,05	8,25
Painel B: Maio	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	157,31	192,22	34,91	23,41	67,82
Renda muito baixa	7,91	16,26	8,35	8,29	7,34
Renda baixa	13,25	18,26	5,00	6,07	10,54
Renda média-baixa	32,78	40,05	7,27	6,20	15,75
Renda média	43,67	49,94	6,27	2,52	15,93
Renda média-alta	31,80	35,47	3,67	0,30	10,84
Renda alta	27,90	30,29	2,38	0,03	7,42

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados da PNAD Covid-19 de junho são claros em mostrar, seja analisando por faixa de renda ou por região, que o papel do AE na compensação da renda perdida em virtude da pandemia foi ainda mais importante que no mês anterior. Isto se deve tanto por causa de maiores desembolsos do auxílio em junho, quanto porque as diferenças entre as rendas efetivas e habituais foram menores. Entretanto, essas diferenças permaneceram expressivas, e ainda muito fortes para os trabalhadores informais, tendo inclusive aumentado entre os domicílios de renda muito baixa.

## Referências

Carvalho, S. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD Covid-19.** Nota Técnica. Carta de Conjuntura, n.48, Rio de Janeiro, IPEA. 2020.

## Apêndice



TABELA A.1

**Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por grupos demográficos (maio/2020)**  
(Em R\$ de jun./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho - Maio	Rendimento habitual do Trabalho - Maio
Brasil	1891,64	2311,42
Norte	1489,59	1782,20
Nordeste	1314,31	1636,41
Sudeste	2117,76	2623,93
Sul	2090,90	2491,57
Centro-Oeste	2159,31	2521,96
Masculino	2040,99	2495,83
Feminino	1690,59	2063,18
14 a 24anos	1027,21	1225,14
25 a 39anos	1920,45	2300,84
40 a 59anos	2101,46	2599,93
60 anos ou mais	2135,88	2754,75
Não Chefe Família	1641,86	2003,11
Chefe Família	2179,16	2667,40
Fundamental incompleto	920,81	1225,87
Fundamental completo	1177,75	1570,92
Médio incompleto	1048,97	1392,89
Médio completo	1384,79	1733,20
Superior	3348,74	3934,10
Região Metropolitana	2287,81	2838,57
Não região metropolitana	1601,84	1925,81

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

TABELA A.2

**Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por Unidade da Federação (jun./2020)**  
(Em R\$ de jun./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho (1)	Rendimento habitual do Trabalho (2)	razão dos rendimentos em junho (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	razão dos rendimentos em maio
Brasil	1938,76	2331,70	83,1	2,5	81,8
Rondônia	1693,15	1912,77	88,5	1,2	90,1
Acre	1709,77	1906,08	89,7	2,6	89,3
Amazonas	1444,16	1742,42	82,9	0,6	81,6
Roraima	1837,98	2052,87	89,5	0,6	89,9
Pará	1449,82	1724,88	84,1	2,5	81,3
Amapá	1451,97	1730,32	83,9	8,6	79,7
Tocantins	1765,77	1998,02	88,4	7,4	87,1
Maranhão	1207,51	1440,41	83,8	1,7	84,6
Piauí	1410,90	1645,46	85,7	0,0	84,9
Ceará	1370,99	1681,00	81,6	4,1	80,8
Rio Grande do Norte	1568,92	1867,63	84,0	4,9	80,3
Paraíba	1501,70	1792,10	83,8	0,9	83,6
Pernambuco	1428,28	1815,34	78,7	2,8	77,6
Alagoas	1342,31	1579,95	85,0	5,4	84,2
Sergipe	1386,76	1755,69	79,0	2,9	77,8
Bahia	1288,83	1621,17	79,5	6,3	78,3
Minas Gerais	1710,57	2040,61	83,8	5,2	81,5
Espírito Santo	1709,15	2074,23	82,4	-0,7	81,4
Rio de Janeiro	2240,40	2818,41	79,5	3,8	78,2
São Paulo	2389,03	2888,85	82,7	1,1	81,2
Paraná	2171,59	2534,47	85,7	2,5	84,1
Santa Catarina	2145,59	2470,28	86,9	1,3	86,1
Rio Grande do Sul	2080,38	2520,03	82,6	1,7	82,3
Mato Grosso do Sul	2068,23	2306,68	89,7	3,5	88,6
Mato Grosso	2096,38	2312,42	90,7	1,8	90,2
Goiás	1736,78	2144,97	81,0	3,7	79,9
Distrito Federal	3548,63	3959,23	89,6	0,8	88,1

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

**Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por Unidade da Federação (maio/2020)**  
(Em R\$ de jun./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho - maio	Rendimento habitual do Trabalho - maio
Brasil	1891,64	2311,42
Rondônia	1673,38	1856,24
Acre	1666,44	1865,65
Amazonas	1435,11	1758,39
Roraima	1826,12	2031,00
Pará	1414,18	1739,27
Amapá	1336,84	1678,38
Tocantins	1643,37	1886,48
Maranhão	1187,09	1403,74
Piauí	1410,76	1660,70
Ceará	1316,56	1629,28
Rio Grande do Norte	1495,11	1862,04
Paraíba	1488,18	1780,58
Pernambuco	1389,14	1789,65
Alagoas	1273,79	1512,66
Sergipe	1347,64	1732,49
Bahia	1212,97	1549,51
Minas Gerais	1625,26	1994,98
Espírito Santo	1721,61	2115,74
Rio de Janeiro	2158,23	2759,00
São Paulo	2362,76	2908,57
Paraná	2117,69	2518,03
Santa Catarina	2119,08	2461,36
Rio Grande do Sul	2045,13	2484,48
Mato Grosso do Sul	1998,39	2255,20
Mato Grosso	2059,63	2283,42
Goiás	1674,36	2095,03
Distrito Federal	3519,72	3997,10

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

**Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por posição na ocupação (maio/2020)**  
(Em R\$ de jun./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho - Maio	Rendimento habitual do Trabalho - Maio
Brasil	1891,64	2311,42
Privado formal	2030,06	2213,20
Privado informal	1346,78	1775,46
Militar/Estatutário	3940,93	4033,40
Público CLT	3278,00	3431,02
Público informal	1902,55	2088,69
Empregador	4062,96	5876,59
Conta-própria	1087,97	1813,89

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.5

Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por setor de atividade (jun./2020)  
(Em R\$ de jun./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho (1)	Rendimento habitual do Trabalho (2)	Razão dos rendimentos em junho (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	Razão dos rendimentos em maio
Agricultura, pecuária, produção florestal e pesca	1282,22	1476,29	86,9	4,9	86,2
Indústria Extrativa	3695,13	3987,65	92,7	0,2	92,1
Indústria da transformação	1799,57	2161,90	83,2	-0,6	83,1
Fornecimento de eletricidade e gás, água, esgoto e coleta de lixo	2389,83	2553,17	93,6	7,0	92,9
Construção	1389,00	1839,43	75,5	4,8	71,3
Comércio no atacado e varejo;	1439,72	1823,89	78,9	1,8	76,2
Reparação de veículos automotores e motocicletas	1451,25	1910,68	76,0	3,7	74,7
Transporte de passageiros	1221,00	2023,37	60,3	10,1	56,6
Transporte de mercadorias	1838,23	2223,94	82,7	-1,5	83,6
Armazenamento, correios e serviços de entregas	1911,35	2079,12	91,9	-5,5	91,4
Hospedagem (hotéis, pousadas etc.)	1423,97	2171,35	65,6	0,7	62,8
Serviço de alimentação (bares, restaurantes, ambulantes de alimentação)	1067,99	1623,96	65,8	3,2	65,1
Informação e comunicação (jornais, rádio e televisão, telecomunicações e informática)	2875,68	3304,91	87,0	3,4	87,4
Bancos, atividades financeiras e de seguros	3949,20	4359,17	90,6	1,2	92,4
Atividades imobiliárias	2332,59	3314,42	70,4	-6,2	69,9
Escritórios de advocacia, engenharia, publicidade e veterinária	3013,47	3770,04	79,9	1,9	78,4
Atividades de locação de mão de obra, segurança, limpeza, paisagismo e teleatendimento	1499,75	1694,50	88,5	2,2	87,2
Administração pública	3622,50	3729,51	97,1	2,4	97,3
Educação	2780,91	3008,62	92,4	1,8	92,2
Saúde humana e assistência social	2898,13	3365,76	86,1	4,7	83,1
Organizações religiosas, sindicatos e associações	2548,13	2739,98	93,0	13,6	85,6
Atividade artísticas, esportivas e de recreação	1165,29	2241,04	52,0	-1,4	54,7
Cabeleireiros, tratamento de beleza e serviços pessoais	721,22	1540,47	46,8	10,3	42,5
Serviço doméstico remunerado	711,69	945,77	75,2	2,3	73,7
Outro	2082,92	2565,82	81,2	1,1	80,5

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.6

Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido setor de atividade (maio/2020)  
(Em R\$ de jun/2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho - maio	Rendimento habitual do Trabalho - maio
Agricultura, pecuária, produção florestal e pesca	1222,08	1417,75
Indústria Extrativa	3688,88	4004,33
Indústria da transformação	1810,52	2178,27
Fornecimento de eletricidade e gás, água, esgoto e coleta de lixo	2232,47	2403,39
Construção	1325,70	1860,55
Comércio no atacado e varejo;	1414,24	1854,94
Reparação de veículos automotores e motocicletas	1399,81	1872,97
Transporte de passageiros	1109,14	1960,47
Transporte de mercadorias	1866,26	2232,63
Armazenamento, correios e serviços de entregas	2021,86	2211,87
Hospedagem (hotéis, pousadas etc.)	1414,50	2251,88
Serviço de alimentação (bares, restaurantes, ambulantes de alimentação)	1034,40	1588,02
Informação e comunicação (jornais, rádio e televisão, telecomunicações e informática)	2780,34	3181,03
Bancos, atividades financeiras e de seguros	3903,90	4223,78
Atividades imobiliárias	2485,91	3554,82
Escritórios de advocacia, engenharia, publicidade e veterinária	2956,36	3770,88
Atividades de locação de mão de obra, segurança, limpeza, paisagismo e teleatendimento	1467,65	1682,59
Administração pública	3536,40	3636,21
Educação	2731,65	2963,68
Saúde humana e assistência social	2768,15	3331,36
Organizações religiosas, sindicatos e associações	2242,98	2620,44
Atividade artísticas, esportivas e de recreação	1182,05	2161,08
Cabeleireiros, tratamento de beleza e serviços pessoais	653,73	1536,75
Serviço doméstico remunerado	695,72	944,51
Outro	2060,44	2558,09

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.7

Proporção e total de domicílios por faixa de renda (maio/2020)

	Sem renda	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Renda de trabalho efetiva (%)	32,07	29,02	10,55	13,84	9,51	3,69	1,33
<b>Total de domicílios (unidade)</b>	<b>21.812.477</b>	<b>19.740.734</b>	<b>7.175.055</b>	<b>9.413.149</b>	<b>6.471.041</b>	<b>2.508.399</b>	<b>903.373</b>
Renda com outras fontes (%)	7,66	34,82	16,95	19,51	13,81	5,34	1,92
<b>Total de domicílios (unidade)</b>	<b>5.207.385</b>	<b>23.686.354</b>	<b>11.527.043</b>	<b>13.270.818</b>	<b>9.392.596</b>	<b>3.631.372</b>	<b>1.308.661</b>
Renda de todas as fontes (com AE) (%)	2,48	29,73	20,57	24,34	15,47	5,47	1,93
<b>Total de domicílios (unidade)</b>	<b>1.688.800</b>	<b>20.223.490</b>	<b>13.993.137</b>	<b>16.558.085</b>	<b>10.525.867</b>	<b>3.720.001</b>	<b>1.314.849</b>

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.8

Massa de rendimentos do trabalho efetivamente e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do auxílio emergencial (AE) e de outras fontes, por região (maio-jun./2020)

(Em R\$ bilhões de maio/2020)

Painel A: Junho					
	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	159,30	191,59	32,29	27,23	70,72
Norte	9,41	11,03	1,62	3,06	3,35
Nordeste	24,87	30,61	5,74	10,28	13,89
Sudeste	80,65	98,01	17,37	9,36	35,59
Sul	28,76	33,92	5,16	2,61	12,95
Centro-Oeste	15,61	18,01	2,40	1,92	4,94
Painel B: Maio					
	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	157,31	192,22	34,91	23,41	67,82
Norte	9,21	11,02	1,81	2,75	3,34
Nordeste	24,29	30,24	5,95	9,12	13,48
Sudeste	79,89	98,99	19,09	7,75	33,87
Sul	28,58	34,06	5,48	2,19	12,41
Centro-Oeste	15,34	17,92	2,58	1,60	4,72

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.9

Massa de rendimentos do trabalho efetivamente e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do AE e de outras fontes, por Unidade da Federação (jun./2020)

(Em R\$ bilhões de jun./2020)

	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Rondônia	1,21	1,36	0,16	0,25	0,40
Acre	0,43	0,48	0,05	0,14	0,19
Amazonas	1,76	2,12	0,36	0,66	0,61
Roraima	0,35	0,39	0,04	0,07	0,08
Pará	4,24	5,04	0,80	1,55	1,56
Amapá	0,38	0,46	0,07	0,15	0,12
Tocantins	1,04	1,18	0,14	0,24	0,39
Maranhão	2,39	2,85	0,46	1,41	1,36
Piauí	1,33	1,55	0,22	0,59	0,89
Ceará	4,05	4,96	0,92	1,61	2,29
Rio Grande do Norte	1,83	2,18	0,35	0,57	1,05
Paraíba	1,84	2,20	0,36	0,69	1,09
Pernambuco	4,60	5,84	1,25	1,66	2,35
Alagoas	1,24	1,46	0,22	0,60	0,77
Sergipe	1,08	1,37	0,29	0,41	0,65
Bahia	6,52	8,20	1,68	2,74	3,44
Minas Gerais	15,34	18,30	2,96	2,47	7,56
Espírito Santo	2,96	3,59	0,63	0,51	1,27
Rio de Janeiro	15,00	18,88	3,87	1,92	8,06
São Paulo	47,34	57,25	9,90	4,45	18,70
Paraná	11,11	12,97	1,86	1,15	4,25
Santa Catarina	7,13	8,21	1,08	0,47	2,92
Rio Grande do Sul	10,51	12,73	2,22	0,98	5,78
Mato Grosso do Sul	2,40	2,68	0,28	0,32	0,85
Mato Grosso	3,14	3,47	0,32	0,40	0,76
Goias	5,32	6,57	1,25	0,92	1,85
Distrito Federal	4,74	5,29	0,55	0,28	1,48

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## Anexo



O quadro A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009 – período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e, com isso, se obtém as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD) Contínua. O quadro apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

QUADRO 1  
Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ mai/2020)
1 - Renda muito baixa	menor que R\$ 900	menor que R\$ 1650,50
2 - Renda baixa	entre R\$ 900 e R\$ 1350	entre R\$ 1650,50 e R\$ 2471,09
3 - Renda média-baixa	entre R\$ 1350 e R\$ 2250	entre R\$ 2471,09 e R\$ 4127,41
4 - Renda média	entre R\$ 2250 e R\$ 4500	entre R\$ 4127,41 e R\$ 8254,83
5 - Renda média-alta	entre R\$ 4500 e R\$ 9000	entre R\$ 8254,83 e R\$ 16509,66
6 - Renda alta	maior que R\$ 9000	maior que R\$ 16509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

O quadro A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do 4º trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

QUADRO 2  
Proporção de domicílios por faixas de renda do trabalho  
(Em %)

Faixa de renda	1º tri 2018	1º tri 2019	4º tri 2019	1º tri 2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



### Grupo de Conjuntura

#### Equipe Técnica:

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marcelo Nonnenberg  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Paulo Mansur Levy  
Sandro Sacchet de Carvalho

#### Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter  
Augusto Lopes dos Santos Borges  
Felipe dos Santos Martins  
Felipe Moraes Cornelio  
Felipe Simplicio Ferreira  
Leonardo Simão Lago Alvite  
Marcelo Lima de Moraes  
Mateus de Azevedo Araujo  
Pedro Mendes Garcia  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveiraa

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.